

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

“Não temos nenhum político dentro da Ordem”

Recém-eleita bastonária, Paula Franco diz, ao contrário do que aconteceu no passado que não quer a Ordem associada a nenhum partido político. Uma das suas prioridades é cortar nos custos, esperando poupar 100 mil euros ao mês só em remunerações e ajudas de custo.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

ELISABETE MIRANDA

elisabetemiranda@negocios.pt

Paula Franco admite que a Ordem dos Contabilistas Certificados “é muito fechada”, ao ponto de dar a ideia, para o exterior, de ser uma espécie de sociedade secreta. Um dos seus objectivos é trazer mais transparência, abrindo as contas a todos os membros e publicando informação interna.

Disse na tomada de posse que este é o início de uma nova era. Qual é a sua grande prioridade?

A prioridade é garantir a qualidade de vida dos contabilistas. Isso tem a ver com uma forma de estar, com uma mudança geracional e com uma renovação interna.

Como se materializa a renovação?

Materializa-se também em pessoas. Renovação de departamentos, motivação. Temos uma equipa muito jovem, muito activa, que vai com certeza ter reflexos nesta renovação.

Vai haver mudança de cadeiras?

Sim, também. O Conselho Directivo só tem uma pessoa que já lá estava. Todos os outros são novos e só isso já representa alguma mudança. É muito importante nas organizações haver esta renovação. Este meu projecto é para oito anos e ao fim desse tempo é altura de virem outros. Porque quem vem, vem sempre fazer coisas diferentes.

Isso terá efeitos ao nível dos custos?

Vamos ter uma redução substancial de custos, quer a nível de remunerações, ajudas de custo ou despesas. Uma crítica que havia e que era real, é

o facto de alguns órgãos, que vêm à Ordem pontualmente, terem remunerações. Isso não se justifica. Vão passar a ter senhas de presença atribuídas em função dos serviços que prestam. Logo aí já é uma grande diferença.

Quanto vai ganhar a bastonária?

Quem vai decidir isso é uma comissão da Assembleia da Representantes. Nós vamos propor uma redução de 30% das remunerações de base. Mas onde se vai fazer a grande redução de custos é nos encargos extra, como ajudas de custo, compensação, deslocações... Até agora eram seguidas muitas regras da função pública, mas o facto de termos órgãos espalhados por todo o país torna estes custos incontroláveis. As remunerações de que toda a gente fala eram muito elevadas, mas o maior custo está aqui.

Durante a campanha disse-se que há muita gente a ganhar muito dinheiro à custa da Ordem. Partilha esse diagnóstico?

Em campanha às vezes fala-se sem saber. A Ordem tem um orçamento de 20 milhões e há muita gente a prestar serviços que são necessários. A formação é algo em que a OCC jamais deixará de investir e que tem um custo elevado. Se queremos ter os melhores, a formação tem de ser bem paga. Se isso significa sustentar muita gente, é relativo.

A questão era se não haveria uma concentração sempre nas mesmas pessoas e se elas são as mais adequadas.

Temos os melhores e eu tive a oportunidade e o privilégio de ter os melhores a apoiar-me. Todas as formações da OCC têm uma avaliação e nenhum formador que tenha abaixo de três ou três fica na Ordem. São os membros que decidem.

Portanto, nos custos com a for-

“O bastonário Domingues de Azevedo construiu isto há 20 anos, o modelo está esgotado. Vamos repensar tudo.”

“A OCC era muito fechada. Esse é um dos pontos de viragem.”

“A AT tem abertura para conversar connosco mas não para resolver os problemas.”

mação não vai mexer?

É muito difícil. Pelo contrário, queremos chegar a muitos mais membros e direccionar a formação face às necessidades.

Quanto espera poupar no orçamento da OCC com as mudanças que tem em curso, nomeadamente nas remunerações?

Temos a esperança de poupar 100 mil euros por mês com ajudas de custo, remunerações dos órgãos, e extinção de comissões.

A OCC tem estado historicamente muito próxima dos poderes político-partidários. É para manter?

Não temos nenhum político dentro da OCC nestes órgãos. Foi uma decisão que tomámos. Não queremos estar associados a nenhum partido político.

Querem marcar uma ruptura?

Sem dúvida. Somos apartidários, estaremos bem com todos, seremos

amigos de todos sem sermos amigos de ninguém. Temos de ter uma relação próxima, claro que sim, o poder político tem de estar associado, é natural, nós temos de propor alterações legislativas, temos de ter uma voz activa nos projectos legislativos. Mas sem haver promiscuidades.

Ainda em relação aos vencimentos, houve uma denúncia, buscas, um inquérito. Qual é o ponto de situação?

Foi uma denúncia de um membro que foi ver as contas, não concordou com algumas coisas e fez uma queixa ao Ministério Público. Está em processo, não faço ideia do que está subjacente. O que sei é que houve uma compensação de uns valores para alguns órgãos e que está a ser avaliado.

Está em condições de dizer que não haverá mais situações dessas?

Não haverá, não tenho dúvidas. Aliás, há uma incompatibilidade entre pensionistas em exercício de fun-

ções e isso tudo estará a ser salvaguardado. Temos alguns pensionistas nos órgãos, que vão ter de prescindir da remuneração, e vão trabalhar ‘pro bono’. Queremos tudo do mais transparente e aberto. De três em três meses terei relatórios com todos os gastos, publicarei as actas do Conselho Directivo, algo que nunca foi feito.

Até agora não se acedia às contas?

Não era fácil. Só com o prazo legal e muito restritivo. Nunca concordei com isso no passado e portanto faria sempre essa mudança. Tudo o que aqui está é dos membros.

Do que diz parece que a OCC era quase uma sociedade secreta.

Os membros queixam-se que sim. Não digo que fosse, mas é a ideia de muito do exterior.

Estava cá, sabia o que se passava.

Eu era assessora. Mas acho que [a OCC] era muito fechada. Esse é um dos pontos de viragem. ■



“É muito difícil dialogar com a AT”

Como é a vossa relação com a Autoridade Tributária (AT)?

Com o Governo, seja qual for o partido político, temos tido excelentes relações através da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais. Com a AT a relação é muito mais difícil. Qualquer alteração é um problema, e em situações que seriam muito simples, que facilitaríamos a vida à própria AT, é muito difícil conseguir dialogar.

Nos últimos anos a OCC perdeu poder junto do Fisco?

É igual. O bastonário Domingues de Azevedo tinha uma tendência clara que nunca escondeu. Quando havia governos da sua cor política havia mais capacidade de negociação. Com a AT é mais difícil porque é uma instituição muito fechada. Há abertura total para conversar connosco mas não há abertura para resolver os problemas. Na tomada de posse, sobre as questões do portal das finanças e do novo calendário fiscal notámos uma abertura quer do SEAF quer da directora-geral da AT. Espero que o diálogo e a vontade ajude agora a chegarmos a bom porto nestas matérias.

Como vê o e-fatura?

É bom para o cruzamento de informação, o combate à fraude e evasão fiscal, e os contabilistas, porque há muita informação que lhes é disponibilizada no e-fatura. Mas do ponto de vista geral, a existência do e-fatura é uma promessa enorme: é informação sobre a vida pessoal, que está acessível a muita gente. E como com o SAF-T da contabilidade.

A AT não recebe já a informação que será transmitida através do SAF-T?

Não toda agregada. É como dar o seu software, está lá tudo registado: pagamentos, altura dos pagamentos, trabalhadores, margens de negócios... É muito preocupante do ponto de vista das empresas. Mas é um problema para as associações empresariais. ■

“Os contabilistas devem aumentar o preço das avenças”

Os contabilistas prestam um bom serviço público?

Acho que ainda têm de prestar um melhor serviço público. Mas têm de ter melhores condições para prestar melhor trabalho. As obrigações fiscais têm aumentado desmesuradamente, as partes administrativas do processo ocupam 95% do trabalho, só restam 5% para o que é importante, a análise, o acompanhamento ao cliente. Isto é um paradigma que tem de mudar. Por outro lado, as avenças são muito baixas.

Como se resolve o problema das avenças muito baixas?

Os preços devem aumentar. Os

contabilistas têm de perceber que têm uma profissão muito exigente e a qualidade no exercício da profissão também está relacionada com isso. Para a exercerem de forma correcta, não podem praticar determinados preços. Têm de ter tempo, o que significa terem menos clientes. Para isso, têm de ter melhores avenças.

A concorrência é grande. Como podem subir os preços?

Não existe assim tanta concorrência. Não pode haver avenças de 50 euros. Não dá sequer para organizar papéis. As pessoas perdem dinheiro. Quase que falaríamos aqui em dumping em muitas situações. A

OCC tem ensinar os contabilistas a calcularem os seus custos, principalmente aos jovens que chegam ao mercado. E por isso queremos fazer tabelas orientativas e um simulador de cálculo de honorários.

Há muitos contabilistas em insolvência ou dificuldades financeiras?

Dificuldades financeiras sim, em insolvência não me parece que existam muitos casos. Os contabilistas ganham muito pouco dinheiro para o know-how que têm, os trabalhos que desenvolvem e as necessidades.

Haverá alterações ao nível do

controlo de qualidade?

Suspendemos todas as comissões e vamos avaliar tudo. O bastonário Domingues de Azevedo construiu isto há 20 anos, neste momento o modelo está esgotado. Vamos repensar tudo. E eu vejo o controlo de qualidade como uma certificação de qualidade, mais pedagógica do que punitiva.

E como deve funcionar essa certificação?

Não é para já, mas quando avançar, tem de ser com um plano em que em dois, três anos, todos os contabilistas sejam visitados. Não controlados. É diferente. ■

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS

“Contabilistas devem aumentar o preço das avenças”

ECONOMIA 8 e 9



Miguel Baltazar

negócios

negocios.pt

Quinta-feira, 22 de Março de 2018 | Diário | Ano XVI | N.º 3711 | € 2,50
Director: **André Veríssimo** | Director adjunto: **Celso Filipe**

Prémio de mandato nos CTT escapa a corte

Bónus será pago após 2019 e depende da evolução das acções e do dividendo.

EMPRESAS 18 e 19

SAG e Luz Saúde vão sair da bolsa

MERCADOS 27

Bruxelas avança com proposta para taxar negócios digitais

Sete das dez maiores empresas são tecnológicas.

ECONOMIA 10 e MERCADOS 26

Macedo admite perda de liderança da Caixa

PRIMEIRA LINHA 4 a 7



Bruno Simão

Publicidade

URBAN SPACE
Monsanto

T0/T2/T3

www.urbanspacemonsanto.com
217 122 500/967 285 395

Saiba quanto custam as rendas em Lisboa e Porto

Em 2017, foram arrendadas 84 mil casas em Portugal.

ECONOMIA 12

JOSÉ MANUEL BERNARDO
PRESIDENTE DA PWC PORTUGAL

“Sector financeiro português foi muito resiliente”

Dívida é a grande limitação nacional, diz o líder da PwC.



NEGÓCIOS INICIATIVAS 24 e 25